

A íntegra do discurso do ministro ao comitê interino

Senhor Presidente,

Ao examinarmos hoje o problema da dívida, temos talvez uma compreensão mais nítida da questão do que qualquer outro momento desde a eclosão da crise financeira. O ponto que tem sido salientado pelos devedores como nó da questão, qual seja, a substancial transferência de recursos dos devedores para os credores, é agora levado em conta por todas as partes interessadas.

A nota apresentada pelo Diretor-Gerente levanta claramente esse ponto, quando se refere à queda dos fluxos de financiamento, especialmente por parte dos bancos comerciais. Tal fato certamente reflete as preocupações expostas na Diretoria do Fundo a respeito do que se qualificou de "recuo do financiamento bancário". O Instituto de Finanças Internacionais, órgão dos bancos privados, expressa, por seu lado, preocupações sobre o impacto das regulamentações nacionais com um fator limitativo à expansão dos créditos, e pede mais ação por parte dos governos, na forma de um aumento substancial de capital dos bancos multilaterais de desenvolvimento, reescalamentos mais amplos no âmbito do Clube de Paris, e uma política mais literal de cobertura creditícia por parte das agências para exportação, além da adoção de políticas de liberalização do comércio internacional. Alguns governos de países credores, por outro lado, embora admitindo que o crescimento é componente essencial de qualquer solução para a crise, ainda esperam que os países devedores, cujos cintos já estão apertados, além de qualquer limite razoável, superem a crise com a mera adoção de algumas reformas internas.

Se tudo isso pode soar um pouco como um simples exercício de transferência de responsabilidades, o fato é que estamos todos sendo atingidos por algo há longo tempo previsto pelos países devedores. O esquema concebido para contornar a crise está agora prejudicando os interesses tanto dos credores quanto dos devedores. Através de uma combinação desastrosa de financiamentos insuficientes e de pagamentos exagerados, os países devedores estão sendo levados a um esgotamento de sua capacidade de pagamento.

Parece que chegamos a um ponto onde pacotes financeiros complicados e onerosos apenas poderiam piorar a situação, uma vez que aumentam ponderavelmente o estoque da dívida e o peso de seu serviço. Esses pacotes transformaram-se na verdade, da rede curta que eram em curtos cabos de salvação, tão curtos que não importam afinal qual de suas pontas estamos segurando: o risco de afundar é praticamente o mesmo.

A situação obviamente exige uma ação coordenada, com o objetivo de reduzir os pagamentos e de aumentar os fluxos financeiros, de forma a complementar os esforços de poupança dos países devedo-

res, ao mesmo tempo em que se assegure que a massa de recursos seja direcionada para investimentos no setor produtivo.

Parece não haver qualquer outra forma de estimular o crescimento estável dos países devedores. O crescimento, por sua vez, é a única maneira de atrair os investimentos estrangeiros diretos necessários para a aquisição de nova tecnologia e para o aumento da competitividade no mercado internacional.

Mas não é suficiente concordar sobre o que é necessário. Temos que agir agora. As economias dos países devedores estão estranguladas pelos esforços de transferência, para o exterior, de volumes crescentes de recursos financeiros, com muito pouco refinanciamento. Além disso, a capacidade de importação desses países está sendo reduzida ainda mais, o que gera sérios problemas de abastecimento e dificulta seus esforços para a estabilização de suas economias e para a redução de seus déficits públicos.

Senhor Presidente,

No dia 20 de fevereiro de 1987 o governo brasileiro decidiu suspender temporariamente a remessa do pagamento dos juros de sua dívida de médio e longo prazos para com os bancos comerciais estrangeiros.

O Brasil está agora iniciando contatos com base numa proposta voltada para uma solução duradoura para o problema da dívida externa, em vez das soluções paliativas ou provisórias aplicadas até agora.

Recorde-se que a dívida brasileira para com os bancos comerciais, cerca de 2/3 do total da dívida, tem sido a principal fonte de pressão externa sobre a economia brasileira, por três razões básicas:

- 1) o alto custo da dívida, sobre a qual pesa uma margem bruta média de cerca de 2% sobre a Libor;
 - 2) as substanciais transferências de recursos em favor dos bancos, os quais receberam do Brasil, nos últimos quatro anos, mais de 30 bilhões de dólares sob a forma de pagamento de juros, e que não forneceram ao País qualquer dinheiro novo desde 1985, nem mesmo sob a forma de aumentos líquidos dos créditos de curto prazo;
 - 3) quase todo o débito para com os bancos comerciais foi contraído com base em taxas de juros flutuantes, o que amplia a vulnerabilidade financeira externa da economia brasileira.
- Com o objetivo de atender às necessidades de financiamento para o desenvolvimento, a proposta brasileira contém os seguintes pontos centrais:
- a) redução substancial do custo da dívida;
 - b) refinanciamento automático de parte dos juros devidos no período 1987/1991;
 - c) vários mecanismos de conversão para o financiamento de projetos, com vistas a controlar o aumento da dívida e a reduzir a vulnerabilidade

da economia às flutuações das taxas de juros internacionais.

De fato, como foi salientado pela diretoria do FMI em seus comentários sobre a administração do problema da dívida, é necessário diversificar as técnicas de financiamento. Essa diversificação só será possível, no entanto, se nos afastarmos do rançoso método de reestruturação da dívida que tem sido aplicado até agora. Se nos ativermos a tal método, as possibilidades oferecidas pela simples existência de interesses múltiplos no âmbito dos bancos comerciais e pelos diferentes marcos regulatórios existentes estarão sendo reduzidos ao menor denominador comum. Para moldar técnicas de financiamento específicas para cada uma das diferentes situações, devemos nos livrar da camisa-de-força dos procedimentos de negociação existentes, e aplicar também aos credores o tratamento caso-a-caso.

No que concerne à reestruturação da dívida com entidades oficiais, deve haver uma clara ligação entre a consecução de acordos com o Clube de Paris e uma imediata abertura de coberturas financeiras para o país devedor. No caso do Brasil, poucos países credores honraram um compromisso claro e formal de reabertura de créditos. O não cumprimento de tal compromisso tornará muito mais difícil para o Brasil a sustentação dos níveis esperados de transferência de recursos para agências oficiais.

Na verdade, o Banco Mundial e o BID têm sido as únicas fontes significativas de financiamento para o Brasil nos últimos anos. O governo brasileiro coloca em alta estima esse relacionamento, e tem a intenção de continuar a aperfeiçoá-lo nos próximos anos.

Senhor Presidente,

Meu país efetuou nos últimos anos um custoso esforço de ajustamento econômico. Continuamos determinados a contribuir com nossa parte no esforço para normalizar nosso relacionamento com a comunidade financeira internacional. Isso é evidenciado pelo significativo volume de recursos domésticos que estamos mobilizando para promover o crescimento da economia brasileira, como registrado no programa de financiamento para 1987/1997, mas esperamos que, no quadro do novo conceito de gerência da dívida que começa a tomar forma, nossos esforços sejam igualados pelos esforços de todos os credores. Não encaramos as próximas negociações sobre a dívida como um caminho para a solução de problemas imediatos de liquidez, mas sim como uma oportunidade para restabelecer mecanismos de financiamento de médio e longo prazos para o crescimento de nossa economia.

Devemos construir sobre o consenso de que o crescimento é essencial. As interligações hoje existentes entre credores e devedores nos dão a opção de juntarmos nossos esforços para financiarmos conjuntamente esse crescimento.